

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Após a invasão da Ucrânia, as sanções económicas e financeiras podem ser importantes instrumentos de ataque às pretensões imperialistas de Vladimir Putin. Para isso, no entanto, estas medidas devem ser aplicadas de forma eficaz e não meramente simbólica.

Apesar das promessas de solidariedade, a Europa está a falhar à Ucrânia no que toca à imposição de sanções eficazes à elite económica e financeira da Rússia.

Depois de a Itália, Alemanha e Hungria terem impedido a exclusão da Rússia do regime de pagamento SWIFT, foi agora divulgado que Mario Draghi, primeiro-ministro italiano, assegurou a continuidade da venda de produtos de luxo às elites russas e que o governo belga protegeu o seu negócio de diamantes. Por outro lado, a demora das instituições europeias em identificar e congelar os ativos pertencentes à oligarquia russa está a permitir que uma parte dessas fortunas seja transferida para paraísos fiscais. A própria Suíça, por sua vez, já garantiu que não congelará os bens dos oligarcas visados pelas sanções da UE, impedindo apenas o depósito de novos fundos por essas entidades.

As sanções financeiras dirigidas à capacidade dos oligarcas russos para movimentarem e utilizarem dinheiro localizado no exterior podem ser uma arma poderosa contra o regime de Putin, se aplicadas com eficácia.

Segundo um estudo de Novokmet et al., citado pelo economista Paul Krugman, em 2015, a riqueza escondida pela elite russa equivalia a 85% do PIB russo. Estas fortunas estão distribuídas em paraísos financeiros por todo o mundo, mas financiam também negócios em território europeu. Os regimes de vistos gold, a que o Reino Unido pôs fim na semana passada, foram um dos instrumentos de atração e fixação de capitais russos em países europeus.

Em Portugal, onde o regime se mantém em vigor, sabemos apenas que existem 431 vistos gold atribuídos a cidadãos russos, num montante total de 278 milhões de euros, não tendo o Governo divulgado qualquer outra informação acerca destas fortunas, e do seu papel económico

em Portugal. Na banca, é conhecida a presença de um grupo estatal na lista de acionistas do banco Finantia, que o Banco de Portugal só agora introduziu na lista de grupos sancionados. Para além destas informações, o Governo tem-se recusado a informar o país sobre o processo de identificação e congelamento das fortunas que suportam o regime russo.

A necessidade de impor sanções exemplares à oligarquia russa requer exigência, transparência e escrutínio total, e não a hipocrisia que alimenta a escalada militar mas que protege os interesses financeiros que, direta ou indiretamente, suportam Vladimir Putin.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, as seguintes perguntas:*

1. O Governo já fez o cruzamento entre os nomes da lista de sanções oficiais da UE e os detentores de ativos em Portugal? Quais os nomes identificados e qual a natureza e o montante dos ativos associados?
2. Quantos dos indivíduos identificados acederam ao regime de Vistos Gold ou do Residente Não Habitual? Quais os seus nomes e os investimentos associados?
3. Quantos dos indivíduos identificados, e entidades a si associadas de forma direta ou indireta, estão registados na Zona Franca da Madeira? Quais os seus nomes?
4. Que outros indivíduos ou entidades pertencentes ou ligados à oligarquia russa foram identificados através dos seus negócios e/ou detenção de bens em território português? Quantos acederam aos regimes de Vistos Gold e Residentes Não Habituais, e quantos estão associados a entidades na Zona Franca da Madeira?

Palácio de São Bento, 14 de março de 2022

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)